



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

## MINUTA DE CONTRATO

### MINUTA

***ANEXO II - Contrato de prestação de serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Limpeza dos painéis solares nas Usinas Fotovoltaicas instaladas em diversos imóveis pertencentes ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, Procedimento Administrativo SEI 0001742-79.2020.6.12.8000 , que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral e a empresa xxxx.***

*Pelo presente instrumento a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por sua Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande/MS, doravante denominado Contratante, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob n. **XXXXXXX**, estabelecida na Av. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, na cidade de **XXXXXXXXXXXXXXX**, representada neste ato por **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, brasileira, **xxxxxxxxx**, portadora da Carteira de Identidade n. **xxxxx** SSP/xxx e do CPF n. **xxxxxx** doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Edital de Pregão n. **xx/xxxx** e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520/2012, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.*

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1.** O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de Manutenção Preventiva, Corretiva e Limpeza dos Painéis Solares nas Usinas Fotovoltaicas instaladas em diversos imóveis pertencentes ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, conforme as condições estipuladas neste Contrato e no Termo de Referência.

**1.2.** A discriminação detalhada dos serviços está disposta no Termo de Referência, que segue anexo a este termo contratual.

**1.3.** Faz parte integrante do presente Contrato, independente de transcrição, não podendo a contratada alegar desconhecimento, os seguintes documentos:

**1.3.1.** Edital do Pregão n. xxx/2021;

**1.3.2.** Termo de Referência (Anexo – I);

**1.3.2.1.** Relação das Usinas Fotovoltaicas (Anexo I-A);

**1.3.2.2.** Composição dos Serviços (Anexo I-B);

**1.3.3.** Todos os elementos que formam a Proposta da Contratada, desde que não conflitem com nenhum dos documentos anteriores, nem com este instrumento contratual.

## ***CLÁUSULA SEGUNDA – ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO***

**2.1.** A empresa deverá prestar os serviços de manutenção preventiva/corretiva e limpeza dos painéis solares nas Usinas Fotovoltaicas instaladas em diversos imóveis pertencentes ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. Este tribunal possui 9 (nove) usinas fotovoltaicas, com total de 1.960 painéis solares e potência instalada de 675,68 KWp.

**2.2.** Os serviços contratados deverão seguir as diretrizes determinadas no Termo de Referência (Anexo-I), os quais deverão ser desenvolvidos e assinados por técnicos especializados que compõem a equipe da contratada, recolhendo a ART ou RRT, sem custo para este Tribunal, de manutenção para todas as instalações, específica conforme o caso.

**2.3.** Os serviços a serem prestados pela contratada estão especificados no **CAPITULO V - DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS.** do Termo de Referência.

## ***CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO***

**3.1.** O objeto deste contrato será executado através de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global.

## ***CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS***

**4.1.** Os prazos relativos à execução dos serviços terão como início o recebimento da respectiva Ordem de Serviço (OS) encaminhadas via *e-mail* (mensagem eletrônica) para a contratada, e são os seguintes:

a) Prazo para finalização da Limpeza dos painéis fotovoltaicos: **até 07 (sete) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço, solicitando a limpeza;**

b) Prazo para finalização das Manutenções Preventivas: **conforme cronograma apresentado pela contratada e aprovado pela Fiscalização;**

c) Prazo para a entrega dos Relatórios Técnicos e Fotográficos: **até 07 (sete), dias contados da finalização das manutenções preventivas;**

d) Prazo para realização da Manutenção Corretiva: **até 3 (três) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço, solicitando o devido reparo;**

e) Prazo de garantia da Manutenção Corretiva, ou seja, a contratada deverá realizar às suas expensas o serviço necessário para refazer a manutenção corretiva (caso retorne o mesmo problema existente da solicitação de manutenção corretiva): **60 (sessenta) dias, contados da data de realização da manutenção corretiva;**

**4.2.** O período de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados da última assinatura eletrônica, podendo ser prorrogado em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO**

**5.1.** As despesas referentes a este contrato serão custeadas com recursos a serem aprovados na Lei Orçamentária Anual xx.

**5.2.** As despesas que vierem a ocorrer nos próximos exercícios serão custeadas com recursos previstos na Proposta Orçamentária e serão indicados oportunamente nos autos da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO**

**6.1** O valor total do contrato é de **R\$ xxxxxx (xxxxxx)**, conforme detalhamento abaixo:

<b>Serviços de Limpeza dos painéis solares, manutenção preventiva e manutenção corretiva das usinas fotovoltaicas instaladas em imóveis pertencentes ao TRE/MS</b>					
<b><i>Município Campo Grande (Prédio Sede)</i></b>					
<b>Nº Placas</b>	<b>Subitem</b>	<b>Serviço</b>	<b>Quant./Ano</b>	<b>Preço Unitário (R\$)</b>	<b>Total (R\$)</b>
227	1	Limpeza das Placas Solares	2		
	2	Manutenção Preventiva (rota programada)	1		
	3	Manutenção Corretiva (Se necessário - estimativa de 1 usina por ano)	1		
<b>VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS</b>					
<b><i>Município Campo Grande (Almoxarifado)</i></b>					
<b>Nº Placas</b>	<b>Subitem</b>	<b>Serviço</b>	<b>Quant./Ano</b>	<b>Preço Unitário (R\$)</b>	<b>Total (R\$)</b>
562	1	Limpeza das Placas Solares	2		
	2	Manutenção Preventiva (rota programada)	1		
	3	Manutenção Corretiva (Se necessário - estimativa de 1 usina por ano)	1		
<b>VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS</b>					
<b><i>Município Aparecida do Taboado</i></b>					

Nº Placas	Subitem	Serviço	Quant./Ano	Preço Unitário (R\$)	Total (R\$)
224	1	Limpeza das Placas Solares	2		
	2	Manutenção Preventiva (rota programada)	1		
	3	Manutenção Corretiva (Se necessário - estimativa de 1 usina por ano)	1		
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS					
<b>Município Chapadão do Sul</b>					
Nº Placas	Subitem	Serviço	Quant./Ano	Preço Unitário (R\$)	Total (R\$)
182	1	Limpeza das Placas Solares	2		
	2	Manutenção Preventiva (rota programada)	1		
	3	Manutenção Corretiva (Se necessário - estimativa de 1 usina por ano)	1		
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS					
<b>Município Brasilândia</b>					
Nº Placas	Subitem	Serviço	Quant./Ano	Preço Unitário (R\$)	Total (R\$)
78	1	Limpeza das Placas Solares	2		
	2	Manutenção Preventiva (rota programada)	1		
	3	Manutenção Corretiva (Se necessário - estimativa de 1 usina por ano)	1		
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS					
<b>Município Paranaíba</b>					
Nº Placas	Subitem	Serviço	Quant./Ano	Preço Unitário (R\$)	Total (R\$)

224	1	Limpeza das Placas Solares	2		
	2	Manutenção Preventiva (rota programada)	1		
	3	Manutenção Corretiva (Se necessário - estimativa de 1 usina por ano)	1		

**VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS**

--	--	--	--	--	--

***Município Ribas do Rio Pardo***

Nº Placas	Subitem	Serviço	Quant./Ano	Preço Unitário (R\$)	Total (R\$)
153	1	Limpeza das Placas Solares	2		
	2	Manutenção Preventiva (rota programada)	1		
	3	Manutenção Corretiva (Se necessário - estimativa de 1 usina por ano)	1		

**VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS**

--	--	--	--	--	--

***Município São Gabriel do Oeste***

Nº Placas	Subitem	Serviço	Quant./Ano	Preço Unitário (R\$)	Total (R\$)
122	1	Limpeza das Placas Solares	2		
	2	Manutenção Preventiva (rota programada)	1		
	3	Manutenção Corretiva (Se necessário - estimativa de 1 usina por ano)	1		

**VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS**

--	--	--	--	--	--

***Município Nioaque***

Nº Placas	Subitem	Serviço	Quant./Ano	Preço Unitário (R\$)	Total (R\$)
188	1	Limpeza das Placas Solares	2		
	2	Manutenção Preventiva (rota programada)	1		

	3	Manutenção Corretiva (Se necessário - estimativa de 1 usina por ano)	1		
<b>VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS</b>					
<b>VALOR TOTAL GLOBAL DOS SERVIÇOS</b>					

**6.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### ***CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO***

**7.1.** O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **CAPÍTULO IX - DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE A ACOMPANHAM** e no **CAPÍTULO X - DO PAGAMENTO** do Termo de Referência.

### ***CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO***

**8.1.** Somente o transcurso de 12 (doze) meses poderá ser concedido reajuste de valores e será limitado à aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo –IPCA/IBGE.

**8.2.** A contratada deverá requerer o reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venho substituí-lo, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

**8.3.** No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

**8.4.** Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

**8.5.** Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

**8.6.** Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

## ***CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO***

**9.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## ***CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS***

**10.1.** O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato que consistirá na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, será de responsabilidade de servidor(a) lotado na COENG, o(a) qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta execução dos serviços para fins de pagamento.

**10.2.** Qualquer alteração necessária ao contrato deverá ser previamente autorizada pela Administração, respeitadas as formalidades da Lei 8.666/93, devendo a Fiscalização comunicar a Administração quando se tratar de mudança substancial, que enseje alteração por meio de termo específico.

**10.3.** A fiscalização deverá informar à Administração toda necessidade de alteração contratual, com um prazo mínimo de 30 dias de antecedência da ocorrência de fato, quando previsível.

**10.3.1** A alteração contratual far-se-á necessária quando se tratar de necessidades para as quais não houver previsão no Termo de Referência ou neste Contrato, e que fujam das possibilidades de ajustes previstas nos referidos instrumentos.

**10.4.** A fiscalização é responsável pela requisição formal de documentos necessários ao pagamento da Contratada, sempre que a Contratada não os encaminhar juntamente com a nota fiscal, ou ainda, caso estejam vencidos ou venham a vencer antes do pagamento.

**10.5.** A fiscalização deverá obedecer a todas as orientações do Termo de Referência, prioritariamente as disciplinadas no CAPÍTULO VII - FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

## ***CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE***

**11.1.** Os direitos e deveres do Contratante estão dispostos no ***CAPÍTULO XII - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE*** do Termo de Referência.

## ***CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO***

**12.1.** Os direitos e deveres do Contratante estão dispostos no ***CAPÍTULO XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA***, do Termo de Referência.

## ***CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS***

**13.1.** Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**13.1.1.** A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

**13.2.** Será aplicada **ADVERTÊNCIA** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

**13.3.** Será aplicada **MULTA**:

- a) de 1% (um por cento) por dia de atraso no início ou na conclusão dos serviços contratados, sobre o valor total do contrato, para o item correspondente, limitada a sua aplicação a 10 (dez) dias consecutivos. Após o décimo dia, a multa diária passará a 2% (dois por cento) por dia, sobre o valor total do contrato e a Administração poderá, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- b) de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, após a 2ª penalidade da mesma natureza, passando a multa a ser de 3% após a terceira situação de penalidade da mesma natureza;
- c) de 1% (um por cento) do valor total do contrato, para o item correspondente, por dia de atraso, que excedam o tempo máximo de resposta a chamados, estabelecido neste Contrato;
- d) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, para o item correspondente, por ocorrência, no caso de desatendimento de demais cláusulas contratuais ou do Termo de Referência, ou de ordens da fiscalização;
- e) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, caso a contratada deixar de assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em lei;
- f) de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, se a contratada se negar a executar os serviços solicitados sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições deste Contrato, levar a Contratante à rescisão do contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

**13.3.1.** O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

**13.3.1.1.** A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

**13.3.1.2.** Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 13.3.2 e 13.3.3 abaixo;

**13.3.2.** Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

**13.3.3.** Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

**13.3.4.** Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do



CONTRATANTE.

**13.3.5.** A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

**13.4.** Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não mantiver a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

**13.5.** Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

**13.5.1.** Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

**13.5.2.** Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

**13.6.** Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

**13.7.** As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 13.5.

## ***CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL***

**14.1.** A rescisão do presente Contrato ocorrerá nos casos previstos nesta avença e no Termo de Referência, bem como nos casos previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

**14.2.** A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) Unilateral** e por ato escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;
- b) Unilateral**, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;
- c) Amigável**, por interesse comum das partes, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial**, nos termos da legislação vigente.

**14.3.** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**14.4.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**14.5.** O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

### ***CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS FUNDAMENTOS***

**15.1.** Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Instrução Normativa nº 05/2017 - SLTI/MOPG, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e pelo Termo de Referência e demais anexos a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

**15.2.** Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto deste Contrato, no que não conflitar com a supremacia do interesse público, que é característica de todo contrato pactuado pela Administração Pública.

### ***CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO***

**16.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### ***CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS***

**17.1.** Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

**17.2.** Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresso, para todos os fins legais, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

### ***CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO***

**18.1.** É competente o foro da Justiça Federal, em Campo Grande – MS, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por terem convencionado, aceito e declarado, as partes assinam este termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande, XX de XXX de 2021.

***Hardy Waldschmidt***

Diretor-Geral do TRE/MS

xxxxxxx

Representante legal da empresa

xxxxxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 21/05/2021, às 16:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1035038** e o código CRC **12A26566**.

0001742-79.2020.6.12.8000

1035038v2